

Universidade Federal do Ceará
Lista de Exercícios de finanças Públicas – 2021.2
Professora: *Débora Gaspar Feitosa*

1) Discorra brevemente como se decorreu a evolução da participação do Governo na Economia. Cite os principais Pensadores Econômicos e suas teorias.

RESPOSTA: As funções do governo na economia evoluíram consideravelmente nos três primeiros quartos de século passado, com base em princípios teóricos que tinham a necessidade de intervenção governamental no sistema econômico, como modificações nas preferências de coletividade e em atividades relacionadas à distribuição da Renda Nacional.

Inicialmente o governo tinha uma posição bem modesta, lhe cabia apenas alguns serviços de coletividade (justiça e segurança), além disso, características especiais de oferta e demanda não induziam o setor privado a produzir, assim o papel do governo na economia evoluiu substancialmente.

A grande crise da depressão econômica da década de 30 gerou a necessidade do governo intervir na economia para combater a inflação ou desemprego de mão-de-obra. As duas grandes guerras mundiais provocaram mudanças nas preferências de coletividade, e a interferência do governo visava promover o bem-estar social, ou seja, uma distribuição de renda mais equitativa, uma ampliação das atividades previdenciárias e de assistência social para atender as classes menos favorecidas. Já no pós-guerra problemas de desenvolvimento econômico foi outro fator importante para aumentar a participação do governo. Logo, como resultado dessa evolução, ampliou-se o elenco de atribuições econômicas governamentais. e foram divididas em três grandes categorias: promover ajustamentos na alocação de recursos; promover ajustamentos na distribuição da renda; e manter a estabilidade econômica.

Principais pensadores econômicos:

Adam Smith defendia a ideia de que a intervenção do Estado nos assuntos econômicos e no mercado deveria ser a mínima possível. Segundo ele, o mercado deveria funcionar livremente e as forças e as ações dos agentes o ajustaria automaticamente. A “mão invisível”, denominada por ele, acabaria resultando no funcionamento perfeito do mercado, e a intervenção do Estado atrapalharia isso, portanto, o mercado deveria funcionar no regime de *laissez-faire*. Ele defendia a intervenção do Estado no mercado quando os indivíduos violavam as leis e justiça, e suas principais funções seriam: defesa nacional, justiça, serviços públicos e manutenção da soberania.

David Ricardo também defendia que o mercado deveria caminhar livremente, e automaticamente suas forças o equilibrariam. De acordo com ele, o governo não teria nenhum resultado prático no desenvolvimento econômico, e seria um entrave no processo natural de acumulação de capital. Para ele, os impostos seriam uma transferência de recursos dos indivíduos para o Estado, tornando-se um gasto improdutivo, por isso, ele não defendia a participação governamental.

Leon Walras também era inicialmente contrário a intervenção do governo na economia. Em sua percepção, a livre concorrência conduziria ao dinamismo autorregulador da economia. Porém, passou a considerar a atuação do governo nos mercados onde não houvesse a livre concorrência. Para ele, proprietários de terra, trabalhadores e capitalistas procurariam trabalhar em harmonia, para estabilizar a oferta e demanda de bens e serviços, portanto, não havia necessidade de intervenção do governo.

Alfred Marshall alegava que a produção em larga escala criaria monopólios e oligopólios, e dessa forma, provocaria o favorecimento de um grupo de indivíduos em detrimento de outros. Portanto, ele entendia ser de grande importância a intervenção governamental para regulamentar e controlar as ações desses agentes, de forma que eles não prejudicassem o livre funcionamento do sistema econômico.

John Stuart Mill: tinha a visão de que o Governo deveria assumir a responsabilidade por atividades de interesse de todos, não porque o setor privado não seria capaz de provê-las, mas porque ele não o faria. Em síntese, o governo deveria realizar todas as atividades que melhoraria a qualidade de vida geral da população, como criação de escolas, hospitais, estradas e etc.

A. C. Pigou utilizava princípios da teoria marginalista, ele argumentava que, da mesma forma que o indivíduo obtém mais satisfação por meio de sua renda, mantendo um balanço entre diferentes tipos de gasto, a comunidade deveria também tentar fazer o mesmo mediante o governo.

John Keynes acreditava que a economia deixada sozinha seria vítima de suas próprias crises, assim, ele viu a necessidade de incorporar ações de governo como forma de estabilizar a economia. Para ele, o regime de Laissez-faire não conseguia atender os interesses coletivos. Em sua visão, o bem-estar e o progresso econômico só seriam alcançados se o capitalismo fosse dirigido da melhor forma e se o poder estatal ocupasse um lugar de regulador, sem podar as iniciativas individuais.

2) Qual a racionalidade para a existência do Governo?

RESPOSTA: A existência do governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas.

A razão para a existência do governo baseia-se na necessidade de guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado, pois, somente ele, não consegue desempenhar todas as funções econômicas.

3) O que são as “Falhas de Mercado”? Explique baseado na Teoria do Ótimo de Pareto.

RESPOSTA: A discussão sobre as falhas de mercado centra-se na definição de Ótimo de Pareto. Segundo a teoria tradicional do Bem Estar, sob certas condições, mercados competitivos geram uma alocação de recursos segundo um “Ótimo de Pareto”: Ótimo de Pareto se refere a uma situação onde não é possível elevar o bem estar de alguém sem que ocorra uma redução do bem estar de outro agente. O Primeiro Teorema do Bem-estar diz que o equilíbrio em mercados competitivos é eficiente no sentido de

Pareto. Para atingir a situação “Pareto eficiente” de recursos, não é necessário que exista a figura de um “planejador central” já que a livre concorrência, com as firmas operando em um mercado competitivo, levaria a essa alocação. Quando o livre funcionamento da economia de mercado não é capaz de resolver um problema, ou gera algum problema, isso é falha de mercado que impede que ocorra uma situação ótimo de Pareto.

Acerca das falhas de mercado, ela baseia-se no conceito de ótimo de Pareto. De acordo com a teoria tradicional do Bem Estar, sob algumas condições, os mercados competitivos criam uma alocação de recursos conforme um “ótimo de Pareto”. A definição de Ótimo de Pareto relaciona-se a uma situação onde não é possível aumentar o bem estar de um agente sem que diminua o bem estar de outro agente. Desse modo, o primeiro Teorema do Bem-estar revela que o equilíbrio nos mercados competitivos é eficiente no sentido de Pareto. Dessa maneira, Para alcançar a situação “Pareto eficiente” de recursos, não é necessário existir um “planejador central”, pois, a livre concorrência, com as firmas operando em um mercado competitivo, permitiria essa alocação. Assim, quando o livre funcionamento da economia de mercado não consegue resolver um problema, ou acaba criando um problema, isso é uma “falha de mercado”, ela por sua vez, acaba impedindo que ocorra uma situação ótimo de Pareto.

4) Quais as principais razões para a ocorrência de “Falhas de Mercado”?

RESPOSTA: Os mercados competitivos apresentam falhas devido as principais razões:

I) Existência de bens públicos; Um bem é considerado público quando ele é não excludente (ninguém pode ser excluído de usufruí-lo) e não rival (a utilização de uma pessoa não diminui a possibilidade de utilização de outra). Por exemplo, a segurança pública. O problema do carona (free-rider) normalmente está relacionado a bens não excludentes, por conta disso, o setor privado não é capaz de ofertar bens públicos na quantidade adequada requerida pela sociedade. Assim, cabe ao governo solucionar o problema, provendo bens públicos, que financia a produção através da tributação.

II) Existência de monopólios naturais; Uma empresa é considerada monopólio natural quando apenas ela é a única firma capaz de ofertar um bem ou serviço para um mercado com custos mais baixos que duas ou mais firmas, dessa forma, dependendo do mercado, se torna mais vantajoso apenas uma empresa. O processo produtivo baseia-se nos retornos crescentes de escala. A intervenção governamental nesse caso pode ser de duas formas: com a regulação, para impedir cobranças de preços abusivos; ou responsabilidade de produção de bens e serviços prestados por esses monopólios. Um exemplo são as empresas de eletricidade.

III) Externalidades; Acontece quando uma atividade de produção ou consumo causa impactos indiretos sobre atividades de produção ou de consumo que não sejam diretamente relacionadas nos preços de mercado. Elas podem ser positivas, quando trazem benefícios externos a outros agentes em relação a produção ou consumo, como por exemplo, a vacinação; ou negativas, quando trazem prejuízos externos a outros

agentes em relação a produção ou consumo, por exemplo, a poluição do ar pelas empresas. Nesse caso, a intervenção do governo se dá através: da produção direta ou da concessão de subsídios, para gerar externalidades positivas, Ex: Investimento de longo prazo e pouco rentável como a eletrificação rural em que o governo pode conceder subsídios ao setor privado; de multas ou impostos, para desestimular externalidades negativas, Ex: Multas de trânsito; e da regulamentação; Ex: Exigência de áreas para não-fumantes em ambientes fechados

IV) Mercados incompletos; é quando um bem ou serviço não é ofertado, mesmo que seu custo de produção seja inferior do preço que os consumidores estariam dispostos a pagar. Ex: A existência de um sistema financeiro pouco desenvolvido que inibe o setor privado a assumir riscos. O governo interfere através da concessão de crédito de longo prazo que financie os investimentos no setor produtivo.

V) Falhas de informação: Comumente, alguma das partes vinculada a uma transação, (normalmente o consumidor) não tem a informação completa sobre o produto no qual ele está negociando. O governo pode intervir introduzindo uma legislação que induza uma maior transparência de mercado Ex: Exigência de que os balanços contábeis das empresas sejam publicados periodicamente pela imprensa.

5) O que vem a ser “Externalidades” na Teoria Econômica. Cite exemplos de externalidades positivas e externalidades negativas.

RESPOSTA: - A externalidade na teoria econômica, acontece quando alguma atividade de produção ou consumo possui efeitos indiretos sobre outras atividades de produção ou de consumo que não estejam diretamente refletidas nos preços de mercado. As externalidades podem ser positivas: quando a sua ocorrência introduz benefícios externos a terceiros associadas à produção ou ao consumo. Exemplo: Vacinação; ou negativas: quando a sua ocorrência introduz custos externos a terceiros associadas à produção ou ao consumo. Exemplo: poluição do ar pelas empresas.

6) Quais os objetivos de Política Fiscal e quais as principais funções do Governo?

RESPOSTA: A Política Fiscal possui o principal objetivo de gerar um impacto direto através de variação dos gastos públicos em consumo e investimento; ou indiretamente, através da variação das alíquotas de impostos. A ação do governo através da política fiscal possui três funções básicas:

I) Função Alocativa; Que está relacionada com fornecimento de bens públicos, tendo em vista que eles não podem ser fornecidos de forma socialmente desejável através do sistema de mercado. Nessa função o governo deve determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem providos; calcular o nível de contribuição de cada consumidor; e zelar para que os agentes da economia sejam ofertados da melhor maneira e qualidade de certos bens e serviços. Exemplo: oferta de energia elétrica.

II) Função Distributiva; Tenta corrigir falhas de distribuição de renda provocados pelo mercado. Os principais instrumentos dessa função são: as transferências, onde o governo pode induzir uma redistribuição direta da renda, tributando os agentes de renda mais alta e subsidiando os agentes de baixa renda; os impostos, onde o governo pode impor alíquotas de impostos mais altas nos bens de luxo ou supérfluos e cobrar alíquotas mais baixas dos bens de primeira necessidade; os subsídios, onde os recursos da tributação de indivíduos de renda mais alta são utilizados para financiar programas destinados a população de baixa renda, ainda é importante destacar o sistema de seguridade social.

III) Função Estabilizadora: Refere-se às questões macroeconômicas, já que o funcionamento do sistema de mercado, sozinho, não consegue assegurar altos níveis de emprego, a estabilização dos preços e altas taxas de crescimento econômico. Para tal, o governo utiliza alguns instrumentos, como: a Política Fiscal, Política Monetária e a Política Cambial.

7) De que instrumentos o Governo dispõe para atingir seus objetivos. Explique-os.

RESPOSTA: **I) Política Fiscal:** Ela ocasiona impacto direto, através de variação dos gastos públicos em consumo e investimento; ou indiretamente, através da variação das alíquotas de impostos. **Por Exemplo,** em um período de recessão, o governo pode aumentar seus gastos para incentivar a demanda agregada, provocando como resultado um maior nível de emprego e da renda da economia.

II) Política Monetária: Em situações de recessão, o governo pode promover uma redução das taxas de juros, estimulando dessa forma o aumento do investimento e consequentemente, o crescimento da demanda agregada e da renda nacional.

III) Política Cambial: Os principais meios usados são o controle da taxa de câmbio e dos níveis de reservas internacionais. Nesse caso, o governo atua sobre o valor da moeda em relação às demais, ele compra e vende divisas.

8) Quais as principais fontes de financiamento, ou de receita do Governo?

RESPOSTA: O Governo possui basicamente **quatro** fontes de financiamento, são elas: emissão de moeda, lançamento de títulos públicos, empréstimos bancários (interno e externo) e tributação. Essas fontes permitem o financiamento dos gastos do governo, porém, cada uma trará efeitos distintos sobre as atividades econômicas do país. Ademais, é importante destacar que a arrecadação tributária é a principal fonte de receita, (já que as outras são objetos de economia monetária), é através dela que o governo tira sua maior fonte de renda para a realização de suas principais funções.

9) Que princípios um sistema de tributação deve seguir para que seja considerado ideal?

Explique-os.

RESPOSTA: i) **Princípio da Equidade:** ou seja, a ideia de que a distribuição do ônus tributário deve ser equitativa entre os diversos indivíduos da sociedade, assim, cada um deve pagar uma contribuição considerada justa.

ii) **Princípio da Progressividade:** conforme esse princípio, **(deve ser mais oneradas as pessoas que possuem maior capacidade de pagamento)**, ou seja, deve-se tributar mais quem tem uma renda mais alta.

iii) **Princípio da Neutralidade:** **(O sistema tributário deve ser estruturado de uma forma que minimize a interferência na alocação de recursos da economia, com a finalidade de não causar ineficiência econômica).** pelo qual os impostos devem ser tais que minimizem os possíveis impactos negativos da tributação sobre a eficiência econômica.

iv) **Princípio da Simplicidade e (ou Princípio da Eficiência):** De acordo com esse princípio, o sistema tributário deve ser de fácil compreensão para o contribuinte e de fácil arrecadação para o governo.

10) Diferencie Impostos Diretos e Indiretos. Cite exemplos.

RESPOSTA: **Impostos Diretos:** incidem sobre o indivíduo e, por isso, estão associados à capacidade de pagamento de cada contribuinte.

Exemplo: Imposto de Renda.

Impostos indiretos: incidem sobre atividades ou objetos, ou seja, sobre consumo, vendas ou posse de propriedades, independentemente das características do indivíduo que executa a transação ou que é proprietário.

Exemplo: ICMS, IPI

11) Distinga os sistemas de tributação progressivo, Neutro e regressivo.

RESPOSTA: No **Sistema progressivo:** a alíquota do tributo aumenta conforme aumenta o nível de renda do indivíduo, assim, ele redistribui a renda a favor dos mais pobres, **(já que quem recebe mais renda deve pagar uma proporção maior de impostos em relação às pessoas de baixa renda)**. Um exemplo de imposto progressivo é o **Imposto de Renda Pessoa Física**.

No **sistema neutro:** **(Os indivíduos pagam uma alíquota fixa sobre a renda, portanto, esse sistema não possui impacto sobre a distribuição de renda da sociedade)**. O princípio da neutralidade é visto em prática, pois ele faz com que o sistema tributário não provoque uma distorção da alocação de recursos, que prejudicaria, dessa maneira, a eficiência do sistema. No caso do **imposto de renda**, até certo ponto ele é neutro, já

que a redução renda disponível dos indivíduos diminui de forma homogênea as suas possibilidades de consumo, não causando nenhum viés em relação ao consumo e nem à produção de nenhum bem específico. (**à medida que não afeta a eficiência nas decisões de alocação de recursos para a produção e consumo das mercadorias e serviços.**)

No **Sistema regressivo**: os indivíduos mais pobres pagam alíquotas maiores, dessa forma, impostos indiretos são regressivos. Os impostos sobre consumo são exemplos de impostos regressivos, como o **ICMS**.

Questões de Concursos

Parte 1 – Assinale a alternativa correta (quando a questão solicitar) e justifique as alternativas falsas.

1. (FGV – ASSESSOR TÉCNICO - ECONOMIA – DETRAN/RN –2010) - Sobre os sistemas tributários, pode-se afirmar que:

- A) Um sistema tributário eficiente é equitativo.
- B) A cobrança de impostos indiretos (como o ICMS) tem a vantagem de ser fácil de arrecadar e progressiva.
- C) A introdução de impostos gera um peso morto, pois cria distorções na alocação de recursos.
- D) Um imposto de valor único de R\$1000 independentemente da renda é muito mais ineficiente do que o sistema de alíquotas diferenciadas porque não é progressivo.
- E) Um imposto é regressivo quando os mais pobres pagam menos impostos que os mais ricos.

RESPOSTA:

a) Incorreta. A equidade nem sempre anda junto com a eficiência (eventualmente, podemos ter equidade e eficiência, mas não é algo que ocorre, obrigatoriamente). Podemos ter um sistema tributário eficiente, do ponto de vista estrito da “eficiência econômica”, mas que não é justo (não é equitativo). Assim, entenda que eficiência não implica, necessariamente, equidade, e vice-versa.

b) Incorreta. No Brasil, os impostos indiretos (como o ICMS) são regressivos. Isto já é algo amplamente conhecido e divulgado nos livros e materiais que tratam do tema. Quanto à facilidade de arrecadação, é algo polêmico. Por ser um imposto do tipo de IVA (Imposto sobre o valor adicionado), a doutrina sugere que ele seja de fácil fiscalização, devido ao seu caráter autofiscalizador. No que se refere especificamente à arrecadação, e também ao caso brasileiro, é bastante recorrente a crítica em relação à sonegação fiscal, o que sugere que a arrecadação do imposto não é fácil. Então, veja que um ponto de vista nos diz que o imposto é autofiscalizador, mas, ao mesmo tempo, existe bastante sonegação. As informações são contraditórias, apontando conclusões distintas. Ainda não observei outras questões que nos mostrassem de modo inequívoco qual é a conclusão da banca a respeito da questão (se a arrecadação é fácil, ou não). O fato é que esta assertiva, com certeza, está errada pela alusão à progressividade do imposto indireto. c) Correta.

d) Incorreta. Do ponto de vista da eficiência econômica, um imposto de valor único de R\$1.000 independentemente da renda (imposto tipo “lump-sum” tax) é muito mais eficiente do que o sistema de alíquotas diferenciadas.

e) Incorreta. Um imposto é regressivo quando os mais pobres pagam mais impostos que os mais ricos. **GABARITO: C**

2. (ESAF/AFC-CGU/2004) A necessidade de atuação econômica do setor público prende-se à constatação de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções. Assim, é correto afirmar que:

- a) a função distributiva do governo está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos eficientemente pelo sistema de mercado.
- b) a função alocativa do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego.
- c) o governo funciona como agente redistribuidor de renda através da tributação, retirando recursos dos segmentos mais ricos da sociedade e transferindo os para os segmentos menos favorecidos.
- d) a função estabilizadora do governo está relacionada ao fato de que o sistema de preços não leva a uma justa distribuição de renda.
- e) a distribuição pessoal de renda pode ser implementada por meio de uma estrutura tarifária regressiva

GABARITO: C

3) (ESAF - AFC/CGU 2004) Com base na Teoria das Finanças Públicas, assinale a única opção falsa:

- a) Um bem público puro é caracterizado por ter seu consumo não rival e não excludente.
- b) Bens privados são aqueles cujo consumo é tanto rival quando excludente e são providos eficientemente em mercados competitivos.
- c) A exclusão permite que o produtor do bem privado possa ser pago sempre que um consumidor fizer uso do mesmo.
- d) Um exemplo de bem público puro é a segurança nacional.
- e) Há rivalidade no consumo de um bem se o consumidor desse bem por parte de uma pessoa aumenta a disponibilidade do mesmo para as outras.

COMENTÁRIOS: Há rivalidade no consumo de um bem se o consumidor desse bem por parte de uma pessoa DIMINUI a disponibilidade do mesmo para as outras. Portanto, incorreta a alternativa E.

GABARITO: E

4) (ESAF/AFC/CGU-2006) No mundo real, mercados perfeitamente competitivos são raros, existindo falhas de mercado que justificam a intervenção do governo. Identifique a opção falsa.

- a) São exemplos de falhas de mercado a existência de bens públicos e de externalidades.
- b) Os bens públicos puros possuem as características de não-rivalidade e de impossibilidade de exclusão de seu consumo.
- c) O sistema de preços reflete apenas os custos e os benefícios privados, sendo necessária a presença do governo para incorporar as externalidades ao custo privado, mediante, por exemplo, a tributação ou incentivo fiscal.

- d) Diz-se que uma externalidade tem lugar quando a atividade econômica dos indivíduos, na produção, consumo ou troca, não afeta e não interfere com o interesse dos outros indivíduos.
- e) Há externalidades positivas que podem demandar a intervenção do governo para que não haja uma suboferta.

COMENTÁRIOS: A incorreta é a alternativa D. Quando temos uma externalidade, ocorrem efeitos externos que fogem ao mecanismo de preços do mercado. Esses efeitos externos afetam e interferem nos interesses dos outros indivíduos (exemplos: caso da fábrica poluidora). **GABARITO: D**

5) (Esaf/EPPGG/MPOG/2009) Sobre os conceitos econômicos de bens públicos e externalidades, é correto afirmar que:

- a) se a produção de um bem implica externalidades negativas, então, em condições de concorrência perfeita, esse bem será produzido em quantidade superior à que seria socialmente eficiente;
- b) um bem público é qualquer bem que seja de propriedade estatal;
- c) define-se externalidade como um evento que ocorre fora dos estabelecimentos de uma empresa;
- d) não é possível que um ato de consumo gere externalidades negativas;
- e) não é possível que um ato de produção gere externalidades positivas.

Comentários: Na presença de externalidade negativa, temos uma tendência à superoferta do bem que gera a externalidade. Ou seja, esse bem será produzido em quantidade superior à socialmente eficiente. Portanto, está correta a letra A. No mais, a letra B está errada pois já sabemos que um bem público é definido em razão dos atributos da não rivalidade e não exclusividade (e não pelo fato de ser produzido pelo governo). A letra C está errada pois a externalidade ocorre quando os custos e os benefícios não são totalmente internalizados pelos agentes que produzem ou consomem o bem. **Gabarito: A**

6) (Vunesp/CMSP/2007) A avenida Marginal do Rio Tietê, em São Paulo, no horário de pico é um bem:

- a) não rival e não excludente;
- b) não rival e excludente;
- c) rival e não excludente;
- d) rival e excludente;
- e) que poderá ser rival e excludente dependendo de como for financiado.

Comentários: A chave desta questão está na percepção de que o enunciado nos fala da Marginal Tietê em seu horário de pico. Ou seja, aquele horário em que está tudo quase parado. Neste horário, existe rivalidade no consumo da avenida. O uso dela por um carro exclui o consumo da mesma por outro carro. Assim sendo, no horário de pico, a Marginal Tietê é um bem rival, e não excludente (durante a madrugada, com pouco movimento, ela é não rival e não excludente). **Gabarito: C**

7) (Esaf/APO/MPOG/2010) Uma das principais formas de política econômica é a Política Fiscal.

Com relação à política fiscal, identifique a única opção incorreta.

- a) Em períodos inflacionários, o imposto progressivo contribui para reduzir o crescimento na renda disponível e na demanda do setor privado.
- b) A ação do governo complementa a ação do mercado no que diz respeito à função estabilizadora, promovendo a alocação de recursos na economia.
- c) A tributação imposta pelo governo aos bens e serviços incide sobre o fluxo dos produtos no sistema de mercado; essa tributação é denominada como indireta.
- d) O mecanismo da tributação, associado às políticas orçamentárias, intervém diretamente na alocação de recursos, na distribuição de recursos da sociedade, podendo reduzir também as desigualdades na riqueza, na renda e no consumo.
- e) As mudanças demográficas são uma importante variável para explicar as alterações e o crescimento dos gastos públicos, seja pelo acréscimo absoluto da população ou por sua própria distribuição etária.

GABARITO: A

8) (Esaf/AFC/STN/2005) Segundo a teoria da tributação, aponte a opção falsa no que concerne aos tributos diretos e indiretos.

- a) Os tributos diretos incidem sobre os rendimentos dos indivíduos.
- b) Os tributos diretos estão associados à capacidade de pagamento de cada contribuinte.
- c) As bases de incidência dos impostos são a renda, o patrimônio e o consumo.
- d) Caso os impostos diretos tenham participação relativa maior no total de arrecadação fiscal, as camadas mais pobres estariam dando maior contribuição para o bolo tributário.
- e) O imposto sobre a renda se coloca com o melhor exemplo dos tributos diretos.

GABARITO: C

9) (Esaf/APO-SP/2009) - Assinale a opção falsa com relação aos Princípios Teóricos da Tributação.

- a) Do ponto de vista do princípio do benefício, os impostos são vistos como preços que os cidadãos pagam pelas mercadorias e serviços que adquirem por meio de seus governos, presumivelmente cobrados de acordo com os benefícios individuais direta ou indiretamente recebidos.
- b) A neutralidade, na ótica da alocação de recursos, deveria ser complementada pela equidade na repartição da carga tributária.
- c) O princípio da capacidade de pagamento sugere que os contribuintes devem arcar com cargas fiscais que representem igual sacrifício de bem-estar, interpretado pelas perdas de satisfação no setor privado.
- d) Não existem meios práticos que permitam operacionalizar o critério do benefício, por não ser a produção pública sujeita à lei do preço.
- e) A equidade horizontal requer que indivíduos com diferentes habilidades paguem tributos em montantes diferenciados.

COMENTÁRIOS:

a) Correto. Sob o princípio do benefício, os impostos são vistos com preços que os cidadãos pagam pelas mercadorias e serviços que adquirem através de seus governos, presumivelmente cobrados de acordo com os benefícios individuais direta e indiretamente recebidos. Vincula a desvantagem do tributo à vantagem do gasto público. O tributo que melhor espelha esse princípio é a Contribuição de Melhoria, na qual o cidadão contribui em função do benefício que obteve na valorização de seu imóvel decorrente de obra pública.

b) Correto. A função alocativa diz respeito a promover ajustamentos na alocação de recursos, justifica-se quando o funcionamento do mecanismo de mercado (sistema de ação privada) não garante a necessária eficiência na utilização desses recursos. Portanto, a utilização desse instrumento de atuação se efetiva em situações de "falha de mercado", como, por exemplo, na presença de externalidades ou de bens públicos. Esta deveria ser complementada pela redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais. Um bom exemplo é a destinação de parte dos recursos provenientes de tributação ao serviço público de saúde, serviço o qual é mais utilizado por indivíduos de menor renda. c) Conforme alternativa "e".

d) Correto. Ainda que defensável do ponto de vista lógico, não existem critérios precisos e meios práticos que permitam operacionalizar o princípio do benefício. Há uma limitação insuperável para sua medição: a produção pública não é sujeita à lei do preço. O bem público encontra-se disponível como um todo. Quando um produto é livremente acessado e indivisível, como nos serviços de justiça, segurança, defesa, despoluição e melhoria da saúde pública, não existem formas possíveis para a determinação das quantidades consumidas e respectivos índices de utilidade desfrutada.

e) Errada. O princípio de capacidade de pagamento sugere que os contribuintes devem arcar com cargas fiscais que representem igual sacrifício de bem-estar, interpretado pelas perdas de satisfação no setor privado. Esse objetivo pode ser mais bem descrito pelas noções de equidade horizontal e equidade vertical.

A equidade horizontal – um dos princípios ortodoxos da tributação – exige que se dê "igual tratamento para iguais". Os contribuintes com a mesma capacidade de pagamento devem arcar com o mesmo ônus fiscal.

A origem e a aceitação desse princípio, nas sociedades democráticas, não são difíceis de atender. Fluem da ideia da igualdade dos indivíduos perante a lei e da consequente necessidade de prevenção contra procedimentos arbitrários do Poder Público em relação a indivíduos particulares.

A equidade vertical exige que seja dado "desigual tratamento para desiguais". Normalmente isto significa que os cidadãos com maior renda devam pagar mais impostos que os com menor renda.

As noções de que a equidade exige igual sacrifício para todos e de que a igualdade de sacrifício exige que se cobrem mais impostos dos ricos são

distintas. A noção do igual sacrifício decorre de um julgamento ético, enquanto a ideia de mais impostos para os ricos se apóia na crença de que a renda é sujeita à lei da utilidade marginal decrescente e que sua utilidade é comparável entre pessoas.

GABARITO: E

10) (Esaf/Treinamento avançado/AFRFB/2009) O estudo das Finanças Públicas é de fundamental importância para o entendimento das contas públicas e a transparência de todos os atos públicos de forma que possam ser fielmente acompanhadas pela coletividade. A respeito dos princípios tributários fiscais e dos bens públicos, assinale a assertiva correta.

- a) O princípio da progressividade é compatível com o princípio da neutralidade ou da eficiência, pois demonstra que aumentos de impostos para cidadãos Mais aquinhoados, apesar de tornar a economia menos equânime, distribui melhor a renda (função redistributiva) e torna a mesma mais eficiente.
- b) O princípio da neutralidade ou da eficiência é compatível com os impostos indiretos, cobrados sobre a produção e o consumo, ao passo que os impostos diretos são compatíveis com o princípio da equidade, critérios equidade horizontal e vertical.
- c) Bens públicos puros ou perfeitos são aqueles que atendem aos princípios da não exclusão e da não rivalidade, e o Estado tem como função provê-los (função estabilizadora ou distributiva).
- d) O princípio da capacidade de contribuição ou capacidade econômica fere os postulados da carga fiscal justa porque promove que quanto maior a renda e o estoque de riqueza, menor a participação do indivíduo no ônus fiscal.
- e) O princípio do benefício é totalmente defensável na prática porque quem é mais beneficiado pelos programas governamentais deve ser mais taxado do que aqueles que são menos favorecidos por tais programas.